

2ºRTD-RJ - 917428

Emol: 98,82/Distrib: 12,48/Lei 111/06: 5,56  
Mútua/ACOTERJ: 9,07/FETJ: 22,25  
Lei 4.664/05: 5,56 / Tot Emol (R\$): 153,77  
PARAM Vias: 2 / Nome(s): 2 / Págs: 6  
Proc. Estr: N / Averb: N / Diliç:

TERMO ADITIVO/PV2-006/2009 AO  
CONTRATO CT-PROINFA/PCH-003/2004  
CELEBRADO ENTRE CENTRAIS  
ELÉTRICAS BRASILEIRAS -  
ELETROBRÁS E PORTO FRANCO  
ENERGÉTICA S.A.

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRÁS**, doravante referida simplesmente **ELETROBRÁS**, sociedade anônima de economia mista constituída pela Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, e escritório central na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Presidente Vargas, nº 409 – 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.001.180/0002-07, devidamente autorizada pela Resolução nº 184/04 de sua Diretoria Executiva e pela Deliberação nº 038/04 de seu Conselho de Administração, em reuniões realizadas, respectivamente, em 31 de março de 2004 e em 12 de maio de 2004, neste ato representada por seus Presidente e Diretor, ao final nomeados e assinados, em conformidade com o que dispõe o inciso VII do artigo 34 de seu Estatuto Social; e

**PORTO FRANCO ENERGÉTICA S.A.**, doravante denominado simplesmente **PRODUTOR**, empresa de geração de energia elétrica, com sede na Estrada Municipal Dianópolis / Boa Sorte km 25 - Zona Rural, no Município de Dianópolis, Estado do Tocantins, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 06.091.966/0001-68 e no Cadastro Fiscal do Estado do Tocantins sob o nº 29.375.712-7, aqui representada, nos termos de seu estatuto social, por seus Diretores, ao final nomeados e assinados;

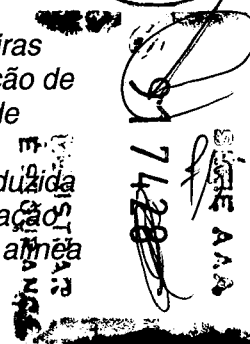
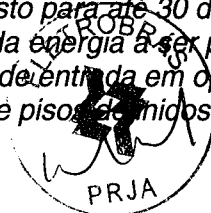
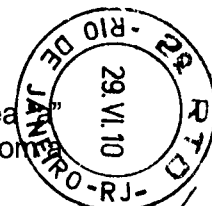
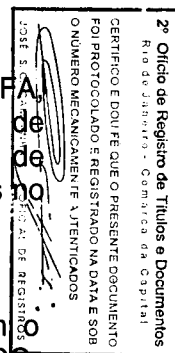
#### CONSIDERANDO QUE:

1- o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, instituído pela Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, alterado pela Lei nº. 11.488, de 15 de junho de 2002 e regulamentado pelo Decreto nº. 5.025, de 30 de março de 2004, determina que a **ELETROBRÁS** promoverá eventuais alterações contratuais no âmbito do PROINFA;

2- que em 30 de junho de 2004, a **ELETROBRÁS** e o **PRODUTOR** firmaram o CONTRATO CT-PROINFA/PCH-003/2004, da PCH PORTO FRANCO, posteriormente homologado pela Resolução de Diretoria Executiva – RES 009/2005, de 13 de janeiro de 2005;

3- que a Lei 11.075, de 30 de dezembro de 2004, em seu art. 4º, modificou a alínea do inciso I do art. 3º da Lei 10.438 de 26 de abril de 2002, que passou a vigorar com a seguinte redação, em relação aos contratos do PROINFA:

“a) os contratos serão celebrados pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – **ELETROBRÁS** até 30 de junho de 2004, para a implantação de 3.300 (três mil e trezentos) MW de capacidade, em instalações de produção com início de funcionamento previsto para até 30 de dezembro de 2008, assegurando a compra da energia a ser produzida no prazo de 20 (vinte) anos, a partir da data de entrada em operação definida no contrato, observados os valores e pisos definidos na alínea b deste inciso;”



4- que a Portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº. 452, de 28 de setembro de 2005, em seu art. 1º, estabeleceu:

*"Fica a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS autorizada a promover a prorrogação do prazo de início de funcionamento das instalações de produção de energia elétrica com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, originadas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, para até 30 de dezembro de 2008, mediante a celebração dos aditivos contratuais aos instrumentos por ela firmados, relacionados ao aludido Programa."*

5- que a referida portaria autorizou a Eletrobrás a promover a prorrogação do prazo de entrada em operação comercial dos empreendimentos no âmbito do PROINFA, sem prejuízo de outros ajustes e novas obrigações contratuais que, a critério da Eletrobrás, fossem julgados necessários;

6- que por meio da Resolução da Diretoria Executiva nº. RES-978/2005, foram aprovados os modelos dos aditivos referidos no item 5;

7- que, em novembro de 2006, a Eletrobrás recebeu da Associação Brasileira de Energia Eólica e da Associação Brasileira de Pequenos e Médios Produtores de Energia Elétrica solicitações de postergação das Datas Planejadas de Operação Comercial com fundamento em motivações diversas;

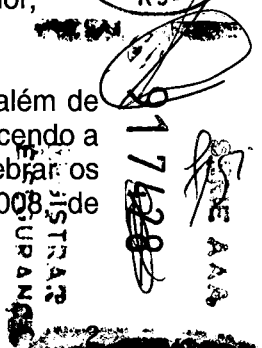
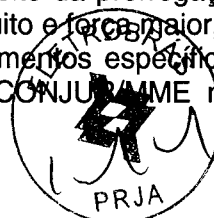
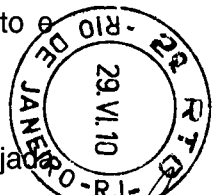
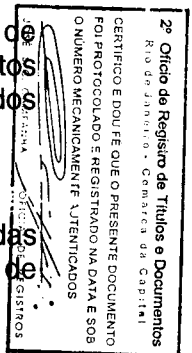
8- que em razão de tais pleitos o MME se manifestou através da Portaria nº. 296, de 29 de novembro de 2006, que autorizou a Eletrobrás a realizar aditamentos contratuais alterando as Datas Planejadas de Operação Comercial dos empreendimentos para até 30.12.2008;

9- que diversos empreendedores solicitaram postergação de suas Datas Planejadas de Operação Comercial para além de 30 de dezembro de 2008, alegando Motivos de Força Maior ou Caso Fortuito, de natureza específica de cada empreendimento;

10- a necessidade de análise técnica e criteriosa dos processos administrativos dos respectivos pleitos de prorrogação fundamentados nas hipóteses de caso fortuito e força maior dos empreendedores;

11- que o **PRODUTOR** solicitou à **ELETROBRÁS** a alteração de sua data planejada da operação comercial em decorrência da alegação de caso fortuito e força maior;

12- que o MME se manifestou positivamente a respeito da prorrogação para além de 30 de dezembro de 2008 nas hipóteses de caso fortuito e força maior, reconhecendo a competência da Eletrobrás para analisar os requerimentos específicos e celebrar os aditivos contratuais pertinentes, através da Nota CONJUNTA MME nº. 197/2008, de 29.09.2008, concluindo nos seguintes termos:



*"nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, também em atenção ao princípio da conservação dos negócios jurídicos, justifica-se a celebração de aditivo contratual repactuando o prazo de início da operação de projetos no âmbito do PROINFA, que poderá ser posterior a 30 de dezembro de 2008".*

13- que, em razão da data limite de 30.12.2008 para funcionamento, os empreendimentos que solicitaram, dentro dos prazos contratuais, a postergação de Data Planejada de Operação Comercial por força maior ou caso fortuito para além de 30 de dezembro de 2008, e que não tiveram seus processos administrativos finalizados até 30 de dezembro de 2008, afigurou-se necessária a formalização de termos aditivos para prorrogação da validade dos contratos de compra e venda até 28.02.2009, consoante minuta aprovada pela Diretoria Executiva da **ELETROBRÁS** através da RES-1211/2008, de 10.12.2008, e nos termos do Relatório à Diretoria Executiva nº. DE-152/2008, de 10.12.2008;

14- que em 19 de dezembro de 2008, o Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - **ELETROBRÁS**, no uso de suas atribuições, através da Deliberação DEL-162/2008, referendou a decisão da Diretoria Executiva conforme a RES – 1211/2008, de 10.12.2008;

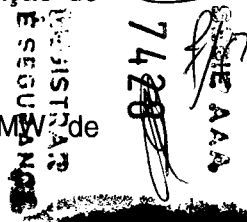
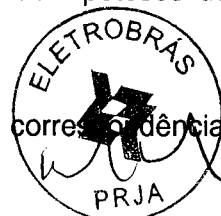
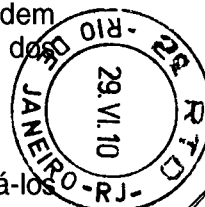
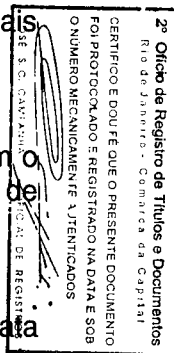
15- que a eficácia dos aludidos termos aditivos para prorrogação dos CCVEs até 28.02.2009 foi condicionada ao eventual reconhecimento pela **ELETROBRÁS** dos motivos de caso fortuito e força maior alegados, bem como à apresentação das garantias contratuais pertinentes até a data da assinatura dos subsequentes termos aditivos que fixassem as novas datas planejadas de operação comercial, respeitada a data limite de 28.02.2009 para a formalização das avenças, tudo com vistas a manter os contratos eficazes, afastando-se, momentaneamente, a aplicação de eventuais penalidades contratuais;

16- que, em 22 de dezembro de 2008, a **ELETROBRÁS** e o **PRODUTOR** firmaram o Termo Aditivo PV– PROINFA / 004/2008, tendo por escopo a prorrogação do prazo de validade do CCVE já referido;

17- que, durante o exame dos processos administrativos para postergação de data planejada de operação comercial por caso fortuito e força maior para além de 30.12.2008, os quais demandam análise pormenorizada e técnica quanto às motivações alegadas pelos empreendedores, surgiram empecilhos de ordem operacional no âmbito da **ELETROBRÁS** que obstaram a análise e condução dos processos em tempo hábil;

18- que a superveniência de tais empecilhos e a impossibilidade de contorná-los respeitando a data limite de 28.02.2009, em que pesem todos os esforços empreendidos, ensejará a ineficácia dos contratos cujos empreendedores solicitaram postergação de data planejada de operação comercial por caso fortuito e força maior para além de 30.12.2008, bem como a configuração de hipóteses de aplicação de penalidades contratuais;

19- que o quantitativo das solicitações e a sua correspondência em MW de capacidade impactam a viabilização do PROINFA;



20- o papel da Eletrobrás como executora do programa;

21- que o Código Civil adotou o princípio da conservação dos negócios jurídicos;

22- que o PROINFA consiste em um programa de incentivos a setor de relevância social, haja vista o interesse nacional na produção de energia elétrica e na proteção ao meio-ambiente;

23- que a minuta deste termo aditivo de prorrogação foi aprovada pela RES-171, de 19 de fevereiro de 2009 da Diretoria Executiva da Eletrobrás, *ad referendum* do Conselho de Administração da **ELETROBRÁS**.

Têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

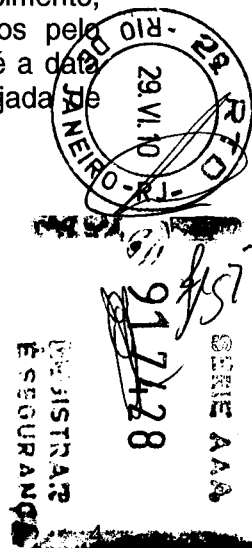
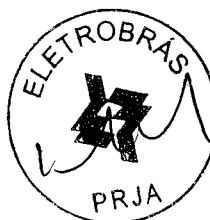
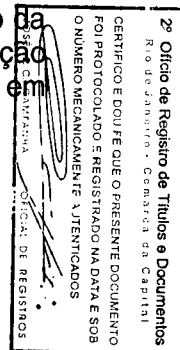
#### **OBJETO DO TERMO ADITIVO**

Constitui objeto deste termo aditivo a alteração do contrato CT – PROINFA/PCH - 003/2004 celebrado entre a ELETROBRÁS e o PRODUTOR, em 30 de junho de 2004, aditado pelo PV– PROINFA / 004/2008, com vistas à postergação até 31 de maio de 2009 do prazo limite para repactuação da data planejada da operação comercial solicitada para além de 30 de dezembro de 2008, com a conseqüente prorrogação da validade do CCVE ora aditado até 31 de maio de 2009, em decorrência da alegação de caso fortuito e força maior pelo **PRODUTOR**, cujo processo administrativo está em fase de apreciação pela **ELETROBRÁS**.

### CLÁUSULA SEGUNDA

#### **EFICÁCIA DO TERMO ADITIVO**

A eficácia do presente termo aditivo fica condicionada ao eventual reconhecimento, pela **ELETROBRÁS**, dos motivos de caso fortuito e força maior alegados pelo **PRODUTOR**, bem como à apresentação da garantia contratual pertinente até a data da sua assinatura do termo aditivo contratual que fixar a nova data planejada da operação comercial.



**CLÁUSULA TERCEIRA**

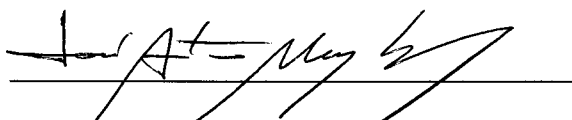
**RATIFICAÇÃO**

A **ELETOBRÁS** e o **PRODUTOR** ratificam todas as cláusulas, termos e condições do Contrato CT – PROINFA / PCH - 003/2004 não modificados expressamente e que não colidam com o presente Termo Aditivo que constitui, desde já, parte integrante do CONTRATO para todos os fins de direito.

E por estarem justas e contratadas, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma, as quais, após lidas, conferidas e achadas em conformidade com todos os seus termos, são assinadas pelas PARTES, na presença de duas testemunhas devidamente identificadas.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2009.

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETOBRÁS**

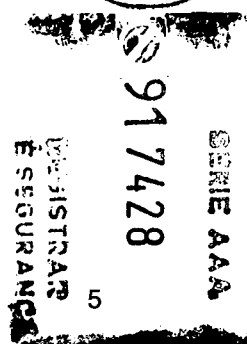
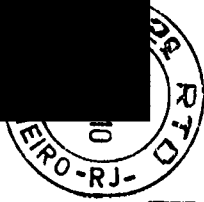
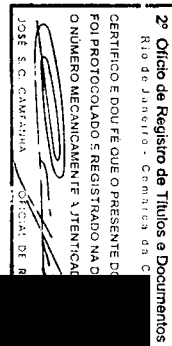
  
José Antonio Muniz **Presidente**  
Presidente

  
Valter Luiz Cardeal de Souza  
**Diretor** Diretor de Engenharia

**PORTO FRANCO ENERGÉTICA S.A.**

  
**EDGARD CREMA**  
Diretor

**TESTEMUNHAS**



179 OFICIO DE NOTAS - Tabeliao Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro. 2107-9800. Reconheço  
por semelhança as firmas de: VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, EDGARDO  
CREMA e JOSE ANTONIO MUNIZ LOPES

Cod: 18C512B7CA94

Rio de Janeiro, 14 de Maio de 2009. Conf. por:

Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.

Renata Martinez Ferreira - Autorizado

Serventia	11.09
30% TJ+FUNDOS	3.47
Total	14.56

